

União vai avaliar aumento para terreno de marinha

ESTEVÃO/EDITORIA DE ARTE

Diante da insatisfação dos moradores e da pressão de várias autoridades contra o aumento das taxas de marinha no Estado, a secretária nacional do Patrimônio da União, Alexandra Reschke, está analisando os índices de reajuste sugeridos pela gerência da Secretaria Nacional do Patrimônio da União (SPU) no Espírito Santo e deverá vir a Vitória nos próximos dias para discutir o assunto.

O gerente do órgão no Estado, Emar Fraga Rocha, afirmou que, por enquanto, prefere não comentar a possibilidade de redução dos percentuais de aumento propostos pela SPU. "Vamos aguardar a análise da secretária", pontuou.

A bancada capixaba já está se mobilizando para evitar que os valores sejam reajustados. O deputado Renato Casagrande, líder da Frente Parlamentar em Defesa dos Ocupantes e Foreiros dos Terrenos da Marinha da Câmara Federal, disse que fez um apelo à secretária do SPU para que o aumento não aconteça.

"Na próxima semana, eu e uma comissão da Frente Parlamentar estaremos mais uma vez com ela para continuar lutando para que o reajuste não seja

efetuado", destacou.

De acordo com Casagrande, a saída para resolver a questão dos terrenos de marinha é pressionar o governo federal a tomar uma decisão sobre o caso.

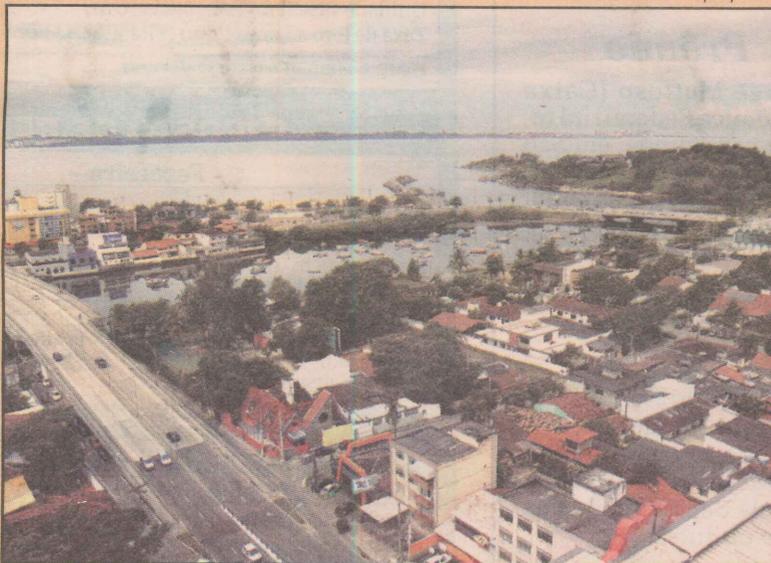
"Existem vários projetos de lei sobre as taxas de marinha tramitando na Câmara Federal, mas isso só surtirá efeito se houver uma resolução do governo".

Para a Frente Parlamentar, a melhor solução para o problema seria que os moradores que ocupam esses terrenos há mais de oito anos, entre foreiros e posseiros, possam ter o domínio pleno do lote.

O presidente da Associação de Ocupantes e Foreiros de Terrenos Considerados de Marinha do Estado, vereador José Carlos Lyrio Rocha, também reforça a luta contra o aumento das taxas de marinha. "A possibilidade de reajuste serviu para unir forças contra essa cobrança", disse. Lyrio Rocha já solicitou um encontro com a secretária nacional do SPU.

O aumento das taxas está previsto para maio e atingirá mais de 50 mil proprietários de imóveis do Estado. A média do reajuste será de 50%.

LEONARDO BICALHO - 12/02/2004



Área de marinha em Vitória: média de reajuste é de 50%

SAÍDAS PARA O CASO

Mudança da legislação

Uma nova lei pondo fim à cobrança seria a medida ideal para acabar com a polêmica sobre os terrenos da União. Neste caso, o governo federal teria que abrir mão do gerenciamento de lotes em áreas urbanas.

Doação das áreas de marinha para a prefeitura

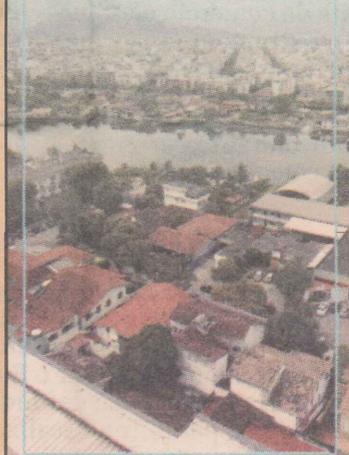
Municipalizar o controle dos terrenos de marinha seria uma outra alternativa. Mas a preocupação de algumas autoridades é sobre qual seria a política adotada pelo município para gerenciar os lotes.

Isenção da taxa

Atualmente, são isentos da taxa de marinha somente os proprietários que têm renda mensal de, no máximo, três salários mínimos (R\$ 720). Entretanto, para isentar outros moradores seria necessário alterar a legislação.

Lei reduzindo as taxas

Existe um projeto de Lei do senador Ricardo Santos tramitando na Câmara Federal que reduz significativamente as taxas de marinha cobradas pela União. Nesse caso, o governo não perderia o direito de continuar arrecadando, mas os moradores seriam favorecidos com taxas menores.



Leonardo Bicalho/AT

FONTE: AUTORIDADES CONSULTADAS